



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac-e>

RAC Eletrônica, v. 1, n. 1, art. 2, p. 16-30,
Jan./Abr. 2007



As Concepções de Identidade e as Relações entre Indivíduos e Organizações: um Olhar sobre a Realidade da Agricultura Ecológica

Márcio André Leal Bauer
Zilá Mesquita

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar o fenômeno identidade, estabelecendo ligação entre sua dimensão social e individual. Para essa construção busca-se apoio em diferentes áreas de estudo que tratam do tema identidade. Em linhas gerais, busca-se articular as concepções teóricas sobre identidade, a saber, identidade como **si-mesmo**, como **processo de identificação**, como **relação** e como **construção social**, com as narrativas dos indivíduos sobre suas próprias identidades e sobre as organizações a que pertencem. Utilizando-se do aporte metodológico da fenomenologia, foram realizadas entrevistas, observações em feiras de produtos orgânicos, propriedades de agricultores familiares ecologistas e seus grupos associativos, além de análise documental em cooperativas, associações e ONGs de duas regiões do Rio Grande do Sul. A análise e interpretação dos dados indicaram que a identificação dos membros com a identidade do grupo é fator fundamental para a continuidade dele, mas muitas identidades sociais podem sobrepor-se por um processo de imbricamento. Embora organizações possam conduzir práticas que levem o indivíduo a uma nova interpretação de sua identidade, ressignificando-a, a identidade organizacional só pode ser compreendida pelos indivíduos como construção social, portanto intersubjetiva e relacional.

Palavras-chave: identidade; identificação; organização; agricultura ecológica.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to make a description of the identity phenomenon, linking its social and individual dimensions. In order to achieve this, we have sought support from different areas of study in order to uncover the conceptions of identity, such as: **self**, **identification**, **relation** and **social construction**, with the narratives of individuals concerning their own identities and the organizations they belong to. Interviews were conducted at markets for organic products, the property of family-based ecological farmers and their associations, in addition to documental analysis at cooperatives, associations and NGOs in two regions of Rio Grande do Sul State. We use the phenomenological approach to analyse the data collected. The interpretation reveals that members' identification with the group identity is the main factor of the group's continuity. However, there can be a great deal of overlap when it comes to social identities. Organizational identity can only be understood by individuals as a social construction, although an organization can lead individuals to a new interpretation of its individual identity. Therefore, it is intersubjective and relational.

Key words: identity; identification; organization; ecological agriculture.

Copyright © 2007 RAC-Eletrônica. Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte.

INTRODUÇÃO

O estudo da identidade nas organizações tem merecido destaque crescente na área de Estudos Organizacionais. Os trabalhos encontrados na literatura internacional parecem formar duas correntes distintas: uma ligada à identidade corporativa e à imagem da organização (seja sob uma perspectiva estratégica ou crítica); outra, de caráter mais subjetivista, ligada à identidade social e identificação do indivíduo com a organização (Caldas & Wood, 1999; Hatch & Schultz, 2000). Em geral, mesmo que ressalvas sejam feitas à idéia de uma identidade permanente (Gioia & Thomas, 1996), os estudos partem do pressuposto estabelecido no ensaio seminal de Albert e Whetten (1985) de que a organização tem uma identidade e que esta é dada a partir dos seus aspectos centrais, distintivos e duradouros.

No Brasil a questão da identidade percorre diferentes caminhos, embora exista uma visível predominância da análise da identidade **na** organização, em detrimento da identidade **da** organização. Alguns estudos têm destacado o papel da cultura, dos valores e dos universos de significação, partilhados pelos membros da organização e sua relação com a construção da identidade (ver Carrieri, 2002; Nogueira & Machado-da-Silva, 2003; Vasconcelos, 2003). Outros têm abordado a identificação no âmbito organizacional (ver Davel, Machado, & Grave, 2001; Ferraz & Fischer, 2001).

Embora existam visões divergentes, notadamente marcadas por opções paradigmáticas distintas, acredita-se que haja ligação entre as diferentes concepções da identidade existentes na literatura, pois todas elas se baseiam no comportamento de indivíduos ou grupos. “Mesmo a identidade organizacional, que parece mais centrada nas organizações, só pode ser explicada a partir do comportamento humano nas organizações” (Machado & Kopittke, 2002, p. 2).

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo estudar o fenômeno identidade, estabelecendo ligação entre sua dimensão social e individual. Para essa construção busca-se apoio em diferentes áreas de estudo, unidas por um fio condutor que conecta todas as teorias: o fenômeno identidade. Tal abordagem tem sido utilizada na literatura organizacional para lidar com a noção de múltiplas identidades, tanto individuais como organizacionais (Pratt & Foreman, 2000).

A problemática apresentada suscita alguns questionamentos: como se articula a identidade do indivíduo com suas múltiplas e fragmentadas identidades sociais? Como as organizações participam desse processo e até onde a identidade da organização ou a identificação com a organização estão relacionadas com a identidade social e individual? E, conseqüentemente, qual o papel da identidade dos indivíduos na forma de perceber e se relacionar com as organizações das quais fazem parte?

Espera-se que este estudo contribua para uma visão dialética entre indivíduo e organização, avançando na discussão sobre o papel das organizações na construção da identidade dos indivíduos, e dos indivíduos como intérpretes e construtores da identidade da organização. Outra contribuição que se espera é para a análise da identidade e identificação organizacional em realidades organizacionais complexas, onde o imbricamento estrutural faz surgir diferentes visões e dificulta a percepção de uma identidade organizacional monolítica.

CONCEPÇÕES DE IDENTIDADE

Desde os povos primitivos, as considerações sobre identidade fazem parte do agir humano, estando presentes, por exemplo, no totemismo, como sistema de classificação destinado a servir de código social (Oliveira, 1976). O conceito de identidade, no entanto, é recente e tem sua origem na filosofia, sendo utilizado para descrever a propriedade que algo tem de ser idêntico a si e, portanto, diferente dos demais. Segundo Habermas (1988), a concepção filosófica da identidade não exige que os indivíduos tenham que se distinguir uns dos outros por qualidades especiais. Também não exige que eles tenham

que apresentar um padrão básico de comportamento que possibilite vê-los como um todo unitário, porque, mesmo que alguém se comportasse de forma diferente a cada momento, teria de ser caracterizado como idêntico a si mesmo, como portador de uma identidade.

Identidade como Si-mesmo

O termo si-mesmo (*Self*), que originalmente significa o mesmo, o idêntico, têm sido aplicado ao ser humano em conotação de singularidade, de identidade distintiva que persiste no tempo. Sendo assim, o simples fato de sermos humanos significa, na cultura ocidental, que possuímos um si-mesmo, uma identidade pessoal imutável e interior que permanece a mesma, a despeito das vicissitudes da experiência social (Broom & Selznick, 1979). Para Mead (1962), no entanto, o si-mesmo é essencialmente uma estrutura social, sendo impossível concebê-lo fora da experiência social. A unidade e a estrutura do si-mesmo refletem a unidade e estrutura do processo social como um todo. Sendo assim, ele é uma articulação das experiências subjetivas do indivíduo (o eu), com os papéis objetivos que a sociedade apresenta (o mim). O si-mesmo depende fundamentalmente dos grupos aos quais o indivíduo pertence, pois “o indivíduo possui o si-mesmo somente em relação aos si-mesmos dos outros membros do seu grupo social” (Mead, 1962, p. 164). Assim, a identidade não seria fixa mas sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com os seus grupos sociais. Em trabalho recente, Hatch e Schultz (2002) adaptaram as idéias de Mead à literatura organizacional sobre identidade. As autoras argumentam que a identidade organizacional se articula da mesma forma que o si-mesmo de Mead (1962), isto é, como um diálogo entre o ‘eu’ e o ‘mim’. Dessa forma congrega-se o lado objetivo da imagem, construída socialmente pela organização, com a interpretação subjetiva dos atores

Entretanto, com a fragmentação das estruturas e grupos sociais em uma infinidade de identidades possíveis, pode-se dizer que houve fragmentação e descentramento do si-mesmo de uma forma mais dinâmica que a apresentada por Mead. Esta mudança está refletida na evolução histórica da concepção de sujeito pela ciência, conforme aponta Hall (2002). O autor apresenta três concepções de identidade: a identidade do sujeito do Iluminismo; a do sujeito sociológico (do interacionismo de Mead e Cooley); e a do sujeito pós-moderno. A primeira compreende a pessoa humana como indivíduo centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação e possuidor de núcleo interior, uma identidade, que emerge no seu nascimento e permanece essencialmente a mesma ao longo de sua existência. A segunda vê a identidade como resultante da interação entre o indivíduo e outras pessoas importantes para ele (outros significativos). Dessa forma, o sujeito ainda possui uma essência interior, um si-mesmo real, “mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2002, p. 11). A concepção pós-moderna, no entanto, é a de um sujeito sem identidade fixa, essencial ou permanente, mas que possui dentro de si identidades múltiplas, muitas vezes contraditórias, definidas historicamente, transformadas em relação às formas pelas quais é representado ou interpretado nos sistemas culturais que o circundam. À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o sujeito se defronta com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais pode identificar-se (pelo menos temporariamente). “Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (Hall, 2002, p. 13).

Nessa mesma direção, Ricoeur (1991) argumenta que a identidade do indivíduo só pode articular-se na dimensão temporal da existência humana, o que leva à construção de uma identidade narrativa, dada pelo entrecruzamento de história e ficção. A dimensão temporal é, portanto, uma ameaça constante à identidade permanente, pois é muito difícil um indivíduo manter-se o mesmo desde o seu nascimento até a morte. Deve-se ter em mente que a identidade avaliada no tempo presente não é comparada com a identidade do passado, mas com o seu reflexo guardado na memória e resgatado no tempo presente. A consciência que o indivíduo tem da constância de sua identidade é muito mais um reflexo do olhar de quem possui do que da avaliação do seu comportamento por outros; é questão muito mais de “autobiografia do que de biografia” (Strauss, 1997, p. 149). Isso faz com que a memória do indivíduo assuma papel preponderante na construção da sua história e identidade.

Halbwachs (como citado em Santos, 1998) afirma que o indivíduo constrói suas memórias como membro de grupos sociais e, nesse processo, utiliza convenções sociais disponíveis a ele. “O sujeito constitui-se a si próprio mediante o seu confronto tanto com sua imagem especular, quanto com o ‘outro’, em um processo contínuo de transformação. Aqueles que lembram são os indivíduos, que revisam lembranças fragmentadas e desconectadas de acordo com narrativas consolidadas coletivamente” (p. 155).

Identidade como Processo de Identificação

Uma noção intuitiva do significado da identificação remete ao ato de identificar, que significa marcar ou destacar algo. Significa ainda reconhecer determinada marca em algo ou alguém. Segundo Hall (2002), a linguagem do senso comum apresenta a identificação como sendo construída a partir do reconhecimento de uma origem, ou características, ou ideais comuns. A abordagem discursiva, em contraste, vê a identificação como construção incompleta, permanentemente em processo. Em ambas, é possível notar que o aspecto cognitivo é o estopim da identificação.

Com efeito, o conceito de identificação tem sua origem na psicanálise e descreve “o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades” (Woodward, 2000, p. 18). Laplanche e Pontalis (como citado em Pagès, 1976, p. 283) definem a identificação como sendo “o processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro, e se transforma total ou parcialmente, de acordo com o modelo deste último”. Aqui já se percebe que a identificação, ou mais precisamente o ato de identificar-se, pelo menos na visão psicanalítica, é mais do que apenas reconhecer no outro determinada semelhança, mas um movimento na direção do outro, certa transformação; ou, nas palavras de Freud, o desejo de **ser**, de moldar o ego da pessoa segundo o aspecto daquele que foi assumido como modelo. Esse movimento não se estabelece de forma racional, mas como reflexo de um laço emocional com o outro (Freud, 1974).

Freud (1974) concebe a identificação como sendo “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”, desempenhando papel importante na “história primitiva do complexo de Édipo”. “A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo de afastamento de alguém” (p. 133). Tomando este trecho da obra de Freud destacam-se dois pontos: o complexo de Édipo e a ambivalência. Sem entrar no mérito das teorias de Freud sobre o complexo de Édipo, faz-se necessário abrir pequeno parêntese para retomar alguns pontos da sua fonte inspiradora - a tragédia grega de Sófocles -, a qual pode ser bastante elucidativa para o entendimento de como funciona a identificação.

As circunstâncias que levam o jovem Édipo a matar seu pai e apaixonar-se por sua mãe são, antes de mais nada, a ausência de consciência sobre sua própria identidade. Um filho que não conhece o seu pai, tratá-lo-á como estranho, ou mesmo inimigo. Da mesma forma que, desconhecendo sua mãe, pode tomá-la como sua amante. O ápice da tragédia, no entanto, é o momento em que Édipo descobre sua própria identidade - descobre suas origens e toma consciência de quem é. O aspecto **cognitivo** aciona o **emocional** e **afetivo**, fazendo surgir a identidade de filho e a identificação com as figuras paterna e materna. Diante de tudo isso, pode-se entender a identificação como um componente afetivo (e portanto ambivalente) acionado e norteado por aspectos cognitivos.

Na interpretação de Pagès (1976), as teorias de Freud sugerem que o objeto de identificação não necessariamente precisa ser pessoa, pode ser entidade impessoal, ideologia, crença, que venha a substituir o eu ideal (ideal do ego) dos participantes, produzindo neles uma identificação (Pagès, 1976). Conforme Pratt (1998), não existe, teoricamente, clareza sobre a diferença entre a identificação com indivíduos e a identificação com outras coisas que não são indivíduos (por exemplo organizações), porém o que se pode dizer é que, em todos esses casos, “o alvo da identificação são as crenças. [...] Se me identifico com meu chefe [...] são as crenças sobre quem meu chefe é, que eu vejo como autodefinidoras. Oportunamente, quando as crenças sobre a pessoa mudarem, as identificações podem mudar” (p. 173). No caso específico das organizações, pode-se dizer que os indivíduos

identificam-se, à medida que acreditam haver similaridade entre seus atributos e os da organização (Dutton, Dukerich, & Harquail, 1994). Esta identificação pode percorrer dois caminhos distintos: o reconhecimento por parte do indivíduo de valores e crenças que são semelhantes aos dele (identificação por afinidade); e o ato de se fazer o mesmo, idêntico à organização, incorporando seus valores e crenças (emulação) (Pratt, 1998).

É o conceito de identificação que permite tratar a identidade não de maneira essencialista mas relacional; não como algo acabado, mas como processo em andamento (Hall, 2000, 2002).

Identidade como Relação

Além do caminho da identificação, a identidade pode surgir pelo contraste com o diferente, ou pela oposição ao adversário, o que implica uma relação. Ver a identidade de forma relacional significa reconhecer a importância do **outro** na composição do si-mesmo, pois é só através desse **outro**, do diferente, que a identidade pode ser percebida como singular. Como afirma Cuche (1999, p. 183), “a identidade existe sempre em relação a uma outra”.

Oliveira (1976) acredita que as identidades, pessoal e social, contêm códigos de categorias que orientam as relações sociais e que costumam exprimir-se como sistema de oposições ou contrastes. Surge daí a “identidade contrastiva”, identidade que não se afirma isoladamente, surgindo por oposição e implicando a “afirmação do nós diante dos outros” (p. 5). A diferença muitas vezes pode assumir ares de oposição, levando a situações de rivalidade, preconceito e conflito. Uma vez que o processo de diferenciação está longe de ser simétrico (Silva, 2000), um dos elementos é sempre valorizado mais do que o outro (Woodward, 2002). Nesse sentido, o processo de classificação, ou tipificação, está intimamente relacionado com a identidade e a diferença, pois as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade (Silva, 2000).

Isso se contrapõe, em parte, à tese da autobiografia e da narrativa histórica do eu, porque, como afirma Goffman (1988, p. 67), o indivíduo, mesmo buscando uma “identidade pessoal” a partir de “marcas positivas” (características por ele valorizadas) presentes em sua história de vida, não está livre dos seus “biógrafos”. Essas pessoas ou instituições podem atribuir-lhe uma identidade estigmatizada, levando à deterioração de uma possível identidade pessoal mais autônoma. Estigmas, assim como emblemas, fazem parte das representações socialmente - ou politicamente - instituídas, que buscam estabelecer divisões e classificações.

Dividir, ou classificar, também significa, no mais das vezes, hierarquizar, e a hierarquia é determinada por aqueles que têm o poder de instituir determinada representação. É por meio da representação que a identidade e a diferença passam a existir. É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a relações de poder, pois quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade (Silva, 2000). Bourdieu (1996) afirma que a instituição de uma identidade, que tanto pode ser emblema como estigma, significa a imposição de um nome, de uma “essência social”, representando, ao mesmo tempo, direito de ser e dever de ser. “É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, fazer-lhe ver que ele tem de se comportar em função de tal identidade” (p. 100). É justamente pelo fato de que as identidades são construídas no interior desse jogo de poder, que elas podem ser concebidas, mais como produto da marcação da diferença e da exclusão, do que propriamente como o signo de unidade idêntica – de identidade em seu significado tradicional -, de uma mesmidade (Hall, 2000).

Mas a identidade não pode ser vista somente sob a ótica da dominação - da instituição por parte daqueles que possuem o poder de instituir. Por mais que este modelo predomine em nossa sociedade, sempre é possível haver espaço para a construção social.

Identidade como Construção Social

Mesquita (1997) argumenta que o fenômeno da construção da identidade é algo que acontece sem que reflitamos sobre todos os aspectos envolvidos. Ela se dá a partir da nossa socialização como indivíduos pela família, pela escola e por todas as instituições agregativas. Somos introduzidos na sociedade por meio de uma família, é ela quem estabelece as regras para podermos conviver em uma sociedade que é tomada como certa, pois já existia muito antes do nosso nascimento. Esta socialização (primária) ocorre em circunstâncias carregadas de emoção, onde a criança se identifica com os **outros significativos** (pais, parentes próximos), absorvendo seus papéis e atitudes, tornando-os seus. “Por meio desta identificação com os outros significativos, a criança torna-se capaz de identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível” (Berger & Luckmann, 1985, p. 177). A partir daí a criança começa um processo de abstração progressiva de papéis, que partem de um comportamento aceito por **outros significativos** para comportamentos e papéis em geral aceitos pela sociedade e suas instituições (Berger & Luckmann, 1985), ou o que Mead (1962) chama de **outro generalizado**.

Portanto, torna-se muito difícil separar o que é nosso como indivíduos daquilo que absorvemos, “consciente ou inconscientemente do coletivo neste processo de socialização. Em outras palavras, muito do que acreditamos ser elaboração própria e nossa, enquanto indivíduo, é, em última instância, resultado deste processo, mesmo que dele não nos demos conta com muita nitidez” (Mesquita, 1997, p. 75). Partindo desse pressuposto, o indivíduo, por condutas tidas como certas e socialmente aprovadas (papéis sociais), buscará estabelecer relações cooperativas com outros indivíduos ou grupos de semelhantes (identidades sociais) para “tentar dominar o mundo, superar obstáculos e esboçar e cumprir projetos” (Schutz, 1995, p. 214). É através da existência de papéis e identidades sociais que podemos assumir que vivemos em uma realidade socialmente construída.

Assim, muitas identidades sociais e papéis sociais são também tipificações socialmente aprovadas que o indivíduo resgata de seu acervo de conhecimentos e utiliza nas interações cotidianas para classificar outros indivíduos (Berger & Luckmann, 1985; Schutz, 1995). Elas representam o outro como um ‘eu parcial’, um **tipo**, já que seria algo muito difícil captar a sua individualidade como um todo (Schutz, 1995).

Os aportes teóricos até aqui apresentados sobre identificação e identidade, a nosso juízo, permitem concluir que ambas as dimensões da identidade, dimensão individual e dimensão social, se imbricam. E é justamente isso que, na experiência estudada, se expressa na constituição de grupos, associações, cooperativas, ONGs e redes, cujo amálgama são crenças e valores em torno da agricultura ecológica. Vejamos então como se delineou este pressuposto, partindo dos aspectos metodológicos da pesquisa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo utiliza como aporte metodológico a fenomenologia, de acordo com a chamada Sociologia Interpretativa (Burrell & Morgan, 1979; Schutz, 1995), vertente defendida principalmente por Alfred Schutz e que busca uma convergência entre as idéias de Max Weber e Edmund Husserl. Procurou-se contornar as principais limitações do método, em especial a não consideração do contexto histórico (Triviños, 1995), através do que Minayo (1999) chamou de dialética-hermenêutica. Para isso mapeou-se inicialmente o contexto histórico e teórico do campo. A partir daí, buscou-se a vivência do fenômeno ‘identidade’, articulada com as narrativas dos atores.

A coleta de dados, tanto primários como secundários envolveu: observação direta e sistemática, tanto nas propriedades rurais como nas feiras ecológicas das duas regiões em estudo; participação em eventos e reuniões de grupo; realização de entrevistas semi-estruturadas; e análise documental. A

técnica de coleta de dados procurou resgatar a experiência vivida dos agricultores, principalmente no que diz respeito à trajetória na agroecologia. Ao todo foram realizadas dezenove entrevistas semi-estruturadas com agricultores, escolhidos intencionalmente, de forma que representassem as organizações e regiões pesquisadas. As entrevistas foram complementadas por diálogos informais e observação direta. Utilizou-se como informantes-chave as lideranças das organizações (cooperativas, associações e ONGs) envolvidas com a agricultura ecológica nas duas regiões estudadas.

O período de coleta de dados foi de 18 meses. Nos primeiros 12 meses, foi feita uma exploração inicial do campo, mediante visitas e entrevistas com agricultores e lideranças das organizações. Durante os seis meses seguintes, foi feito um estudo em profundidade, de caráter eminentemente descritivo-fenomenológico, junto aos grupos de agricultores em duas regiões específicas do estado do Rio Grande do Sul: a Zona Sul (que incluiu os municípios de Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu e Arroio do Padre) e o Vale do Rio Pardo (cujos grupos se situavam nos municípios de Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Venâncio Aires, e Vera Cruz). Estas duas regiões foram escolhidas por apresentarem muitas semelhanças, retratando exatamente uma área geográfica com uma “identidade” característica, onde todos os municípios são áreas de imigração, de pequenas propriedades, de agricultura familiar e de produção ecológica atendida pelas mesmas ONGs. Com isso foi possível dar uma feição comparativa ao estudo, percebendo-se as diferentes dimensões da identidade, seus traços culturais, sociais e individuais obtidos a partir das narrativas dos agricultores envolvidos e da observação de suas práticas.

No que concerne à análise dos dados, considera-se que o próprio método leva a uma forma de análise baseada em três premissas fundamentais: a compreensão subjetiva, que consiste na vivência do fenômeno pelo próprio pesquisador; a reflexão, isto é, a percepção de como o fenômeno se apresenta na sua consciência e como as evidências o modificam ou o reforçam; e a interpretação, que consiste na combinação dos fragmentos observados em unidades de significado (essências). Seguiram-se as orientações de Spiegelberg (como citado em Bruyn, 1972) e de Sanders (1982) nas etapas do processo de análise, a saber: descrição geral do fenômeno conforme se apresenta nos relatos dos pesquisados e nas reflexões do pesquisador; identificação e decomposição do **todo** em essências de significado (fase de **análise**); e busca de relações existentes entre as essências (**síntese**). Contudo, há que se ressaltar que no estudo realizado não existiram fases estanques; todo ato de coletar foi também um ato de interpretar.

EVIDÊNCIAS DA PESQUISA

A Realidade da Agricultura Familiar Ecológica

O movimento agroecológico que se observa atualmente é reflexo de dois fatores: o aumento da demanda por produtos orgânicos (sem a utilização de agroquímicos) por parte de um segmento do mercado consumidor; e a contestação, por parte de um setor da sociedade (movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, ONGs, Igrejas etc.), do processo de modernização da agricultura, ocorrido nos últimos 50 anos, que trouxe graves conseqüências sociais, tais como: êxodo rural, degradação ambiental e problemas de saúde para os agricultores.

Tal movimento expressa-se por meio de uma organização em rede (Rede Ecovida de Agroecologia), que tem como objetivos, dentre outros, a certificação e comercialização de produtos orgânicos produzidos por seus membros. Por outro lado, a rede em exame já existia em caráter informal, principalmente por meio das ONGs, como forma de fortalecer e disseminar a proposta da agroecologia: corrente da agricultura orgânica que congrega princípios de justiça social e proteção ambiental. Tal proposta busca romper com o modelo individualista que coloca o agricultor familiar cada vez mais na dependência de grandes organizações, tanto de comercialização como de produção

de insumos. No seu bojo encontra-se um conjunto de tecnologias alternativas de produção e um modelo de comercialização direta que configuram importantes atrativos para os agricultores.

O Grupo e a Construção da Identidade Social

Uma das bandeiras levantadas pelas ONGs que assessoram o agricultor é a do associativismo. Para isso incentivam a criação de organizações por parte dos agricultores: associações, cooperativas, agroindústrias. O primeiro passo para isso é a organização dos agricultores em grupos, requisito fundamental para que eles sejam atendidos por um técnico da ONG. Os grupos são formados basicamente nas comunidades locais, onde os agricultores estão inseridos, o que torna mais fácil o trabalho. Em geral é aproveitada a estrutura da própria igreja, onde o pároco ou pastor atua como divulgador e incentivador da proposta ecológica. No mínimo uma vez por mês realizam-se reuniões, na propriedade de um dos integrantes do grupo. As reuniões são feitas sob a forma de rodízio nas propriedades para proporcionar que todos conheçam as suas realidades. Quem coordena a reunião geralmente é o dono da casa, embora exista sempre um técnico da ONG presente. Apesar deste pano de fundo aparentemente uniforme, existem diferenças entre os grupos analisados nas duas regiões.

No Vale do Rio Pardo parece haver maior frequência de reuniões dos grupos, com a presença do técnico da assessoria ou sem ela (ONG). Isso representa um elemento importante para a construção de um elo de união dentro do grupo. Os grupos que se reúnem mais, mesmo que no princípio seja mera formalidade e obrigação, acabam construindo laços de união muito fortes. Tanto na visão dos técnicos como dos agricultores, isso pode ser um inibidor do espírito individualista e forma de controle social sobre aqueles que ingressam no grupo com a finalidade de 'só se aproveitar da situação', visando somente à comercialização.

Percebe-se que não existe uma só origem dos grupos organizados de agricultores. O nascimento destes depende do contexto local que se estabeleceu nas diferentes regiões, municípios e localidades. Em alguns lugares, onde existe maior número de associações, a criação de grupos é algo que surge quase naturalmente; em outros, onde existe um número pequeno, os grupos que ali são criados têm caráter mais formal, gerando pouco envolvimento dos agricultores. Porém existem casos, como o de um município da Zona Sul, onde há grande número de associações; contudo a sua criação não se deu por iniciativa espontânea dos agricultores, mas fomentada pelo poder público. Um agricultor revelou que ali 'os grupos que tiveram iniciativa própria, dos agricultores mesmo' continuaram, enquanto outros que surgiram 'assim, de cima pra baixo', esses não existem mais. 'Tiveram aquela fase em que se formaram, se organizaram, mas eles não continuaram.'

É possível partir dessas constatações preliminares para a discussão sobre as diferentes fases pelas quais passa o grupo ecológico. As evidências empíricas sugerem a existência de três fases distintas pelas quais, em tese, os grupos passariam, são elas: a **formação do grupo**; a **organização do grupo**; e a **solidificação do grupo**. A **formação do grupo** ecológico é motivada inicialmente pela exigência tanto por parte das ONGs, como por parte das cooperativas de produtores ecológicos, uma vez que não existe ingresso individual. Isso se torna um motivo pragmático e imediato que leva o agricultor a buscar parceiros para a criação de um grupo, ou a buscar um grupo em que se possa inserir. Em se tratando de um grupo novo, esta pode ser uma fase embrionária, em que entra em campo uma série de expectativas e motivações subjetivas dos agricultores, consoante os motivos que os levaram a ingressar na agroecologia e que irão influenciar tanto a sua trajetória individual quanto a do grupo. Existe, assim, complexa ligação entre os diversos fatores e atores que levam à criação do grupo ecológico, o que mostra que o nascimento do grupo muitas vezes não é um fato isolado no tempo e movido por uma razão instrumental meramente utilitária, mas fruto de um contexto, de uma história pessoal, familiar e comunitária.

A partir daí começa a **organização do grupo**. Essa fase é crucial para a permanência do agricultor. Nela ele receberá tanto a instrução e apoio das organizações como as influências positivas e negativas dos outros agricultores, seja de fora do grupo, seja da própria família. Essas influências são mediadas pelo interesse do próprio agricultor, isto é, o motivo fundamental que o fez aderir à agroecologia (de

saúde, financeiro etc.). A isso somam-se as dificuldades iniciais do ingresso: preparo do solo, mão-de-obra, mercado. Nessa fase ele torna-se bastante vulnerável a pressões externas por um possível ganho maior na agricultura ‘convencional’. Essas pressões adquirem significado maior, quando atingem o seio da família, podendo culminar no abandono da agroecologia.

A última fase é a **solidificação**, quando o grupo atinge a sua forma final, sendo reconhecido pelos demais grupos como possuidor de comportamento típico e com características típicas. Nessa fase o grupo consolida seus laços de união e é representado por seus integrantes como uma **família**:

‘Nós somos assim; vamos dizer assim, uma família; já assim o grupo, acho que a identificação é essa. A confiança de uma família com a outra, a gente se identificou bem assim’ (agricultor de Vera Cruz).

Como relatam os agricultores, a união estabelecida no grupo ‘não é tanto por causa da produção ecológica’ mas uma ‘questão de relacionamento, de pensamento’; ‘são idéias que se afinam melhor, pessoas que têm características semelhantes’. Isso é o que dá ao grupo uma característica familiar. É obvio que nem todos os grupos atingem esse estágio. Na pesquisa realizada foi possível reunir muitas evidências dos diferentes tipos de grupos e perfis individuais presentes nas duas regiões. Encontraram-se desde grupos oportunistas e grupos altamente solidários, grupos homogêneos e até grupos heterogêneos. A tendência é de que, se existir bom número de participantes que partilhem os mesmos ideais (no caso os princípios da agroecologia), o grupo crie uma identidade social forte, fazendo com que os membros que não se identificam com ela acabem saindo.

‘Não ficam! Até a questão por que têm que acompanhar as reuniões e tudo e muitos não têm essa paciência de sentar e escutar e trocar idéias, isso tem muitos que não gostam.’ (agricultor de Vale do Sol)

A Narrativa da Identidade Individual

A construção de uma visão de mundo solidária e ecológica não é mérito exclusivo das identidades sociais estabelecidas nos grupos. Muito desse comportamento é determinado, segundo os agricultores, por características que eles trazem desde muito cedo e que vão sendo lapidadas. Elas são introduzidas, na socialização primária, pela família, passando pela comunidade e todas as outras instâncias da socialização secundária, como revelam os depoimentos dos agricultores:

‘...Isso já vem acho que de... porque, desde que eu me conheço, desde que eu me criei lá, a gente tem mais facilidade de conseguir que o pessoal participe mais. Não é tão individualista assim. E nas outras comunidades o pessoal é cada um pra si e o pessoal é mais individualista; então ali existe uma dificuldade do pessoal se reunir. [...]’(agricultor de Vale do Sol).

‘...desde o tempo de jovem, pra mim a vida assim são várias etapas e fases que já aconteceram. [...]A única identificação que eu tinha maior assim era com a igreja. [...] Eu participava de grupos de jovens, depois mais adiante a diretoria de comunidade, mas ainda sem conhecer um pouco o que era uma sociedade organizada e grupos organizados. Isso aí foi um pouco mais adiante que eu descobri [...]. Hoje a gente conhece um pouquinho mais que existem vários grupos, várias tendências e aí onde então a gente tem que optar por um ou por outro, com quem a gente se identifica. No começo eu tinha dificuldades [...]. E até em certas ocasiões um pouquinho de medo de tomar decisões e de ter uma posição. Mas isso depois, aos poucos, a gente vai perdendo isso e aí depois eu descobri que a gente toma a posição e as pessoas também respeitam a gente’ (agricultor de Canguçu).

Foi possível verificar que os agricultores percebem as suas identidades como um conjunto de traços originais e que foram sendo aprimoradas com as diversas experiências e etapas de suas vidas. Segundo muitos deles, existe certa essência que ‘vem desde o começo’ e que vai se aperfeiçoando com o tempo. Parecem não perceber a existência de mudanças bruscas ou fatos significativos que fizeram as suas vidas mudar radicalmente. Mesmo aqueles que mudaram a forma de cultivo, devido à intoxicação decorrente do uso de agroquímicos, parecem perceber a vida como seqüência de etapas que foram influenciadas por suas opções e projetos individuais. Todas essas etapas têm um fio condutor que representa a essência da identidade individual. Em muitos casos a participação do agricultor em

diferentes grupos, seja na igreja, seja em movimentos, tem caráter decisivo na formação de sua identidade e na adesão ao projeto da agroecologia.

Por outro lado, a identidade do agricultor parece ser diretamente influenciada por suas representações sobre como os outros o percebem. De maneira geral, eles se sentiam inferiorizados ao serem reconhecidos como ‘colonos’ na cidade, embora no meio rural esta identidade fosse reivindicada e atribuída de forma recíproca por eles. É claro que esta avaliação depende das experiências vividas pelo agricultor no contato com a cidade; mas, em muitos casos, foi possível identificar resquícios de experiências traumáticas de estigmatização.

‘Eles vêm para a cidade buscando o quê? Eles vêm pra estudar, claro! Mas [...] o que eles querem realmente é saber se portar no restaurante. Saber andar rua afora e não ser visto de longe: aquele lá é um colono’ (agricultora de Canguçu).

Esta e outras falas fazem transparecer o fato de que o urbano ainda é visto como superior; que tanto a forma correta de se comportar como a informação e a ‘educação’ correta estão no meio urbano. Desta maneira, uma igualdade parece ser reivindicada, mesmo que isso entre em contradição com o estilo de vida da colônia, mesmo que comprometa a reprodução social e cultural de práticas e valores da agricultura familiar. Embora isso seja reflexo de alguns ‘avanços’ da vida moderna, que trazem o urbano para dentro do rural e provocam mudanças nos processos de socialização, muitos agricultores os percebem como pontos positivos:

‘É, hoje parece que não é mais tanto assim, que o próprio agricultor, com todos os meios de comunicação, tem acesso a mais informação. Então ele não tem mais... a diferença não é mais tanta assim, do urbano para o rural e vice-versa’ (agricultor de Canguçu).

Em contrapartida, a realização de feiras ecológicas e o contato com a cidade por parte dos agricultores ecologistas parecem realmente ter dado outro sentido à sua identidade. Eles começam a ver valorizados tanto seu estilo de vida como o seu conhecimento.

‘O modo de ver o colono, com o nosso tipo de trabalho [o ecológico] ele tá mudando. Antigamente eles viam um agricultor passar na rua e diziam “lá vai o colono”. Porque sempre tem um meio diferente de andar, um meio diferente de se comunicar, de caminhar. Hoje já não, hoje a gente tem uma amizade com esse pessoal da... com os consumidores daqui, então a gente já é visto de outra maneira.’ (agricultor de Pelotas).

É visível que houve mudanças no comportamento do ‘pessoal da cidade’, mas houve muito mais uma mudança no comportamento do agricultor, que faz questão de ressaltar a sua condição de produtor ecológico para reivindicar uma posição de maior destaque e, com isso, ter sua identidade reconhecida. Nesse sentido a utilização de emblemas e marcas que o identifiquem com a causa ecológica (camisetas, bonés, crachás, adesivos) busca o reconhecimento de uma identidade positiva. Um agricultor entrevistado, quando fala sobre o uso de crachás, considera que o pessoal da cidade o está valorizando, porque, quando o chamam, é ‘pelo nome, não é mais: ‘ô alemão!’’.

O contato com um tipo de público que valoriza a agricultura e o trabalho do agricultor realizam verdadeira ressignificação nas identidades. O colono ‘agora’ parece ser visto de forma diferente, sendo respeitado e até admirado. Com isso o agricultor tem reconhecidas, ao mesmo tempo sua identidade social e individual; o estigma passa a ser emblema. A agroecologia em geral, e a feira em particular, funcionam, nesse aspecto, como projeto ressocializador.

As Relações entre Identidade e Organização

Além da experiência da comercialização direta na cidade, esse projeto procura fomentar a criação de organizações mais abrangentes. É nessa perspectiva que os agricultores podem assumir o propósito da agroecologia como sendo deles. As identidades das organizações passam a confundir-se com as do grupo ecológico, ou mesmo com sua própria. Mais ainda, traços semelhantes de vários grupos passam a ser integrados em uma mesma identidade.

‘É na cooperativa, o acompanhamento mais de perto do grupo de feira. Outro passo importante é a cooperativa, que nesse mandato a gente não está junto no conselho, mas no anterior a gente estava no conselho. Por exemplo existe uma rede que seria grupo, seria cooperativa, são outras forças como a Rede Ecovida, porque é a nível de Estados, que a gente consegue unir forças para fazer valer esse projeto...’ (agricultor de Santa Cruz do Sul - foram grifados os grupos citados).

O depoimento do agricultor sobre o grupo com o qual mais se identifica revela um ponto interessante: a participação dele em todas essas instâncias faz com que ele tenha conhecimento do todo e possa articular todas as organizações em torno de uma única identificação, de um ‘projeto’ comum a todas. Quanto mais elementos entram em jogo no campo da identidade social, mais possibilidades existem de compor esse todo, alinhavado pela identidade individual. O depoimento de uma agricultora de Morro Redondo é também emblemático (foram grifados os elementos que servem de fio condutor entre as identidades dos dois grupos).

‘O movimento das mulheres agricultoras, de que eu fiz parte até agora, agora tá se tornando difícil participar das reuniões por causa do dia da feira [...]. Elas tão trabalhando também a agroecologia com os grupos, pra mostrar pras famílias e foi um ônibus lotado lá em casa [...] pra fazer a demonstração da agroecologia [...]. E é onde eu colocava, ainda a Sônia mexia comigo, que eu era uma ex-participante do movimento. Eu não me sinto ex, porque é uma continuação, por causa que eu não tô conseguindo ir a todas as reuniões, mas se o movimento trabalha a saúde, isso aí é uma saúde que a gente tá tentando, tá se prevenindo a doença com o produto, então acho que é uma coisa que eu tô tocando. Só não tô presente.’

Com isso, o que se observa é que a participação em vários grupos não ofusca a identificação com um grupo específico, nem mesmo impede a identificação com mais de um grupo, desde que estes grupos estejam alinhados com a identidade do indivíduo. Isto significa dizer que a participação nas organizações deve representar uma seqüência da narrativa da identidade e não uma ruptura com ela.

Diante de todas as evidências uma questão restou aberta: até que ponto a adesão à agroecologia poderia influenciar ou até mesmo provocar mudanças na identidade individual?

Acredita-se que um projeto, tal como o da agroecologia, exigiria de muitos agricultores uma mudança radical em suas vidas, implicando ruptura com crenças e valores antigos e transformação da sua identidade individual. Embora esta mudança seja pretendida pelas ONGs – por exemplo a substituição de uma atitude mais individualista por outra mais solidária ou associativa – ela enfrenta, às vezes, a resistência exatamente desta identidade construída pela família e comunidade imediata.

Sendo assim, alguns princípios defendidos no ideário da agroecologia podem não ser adotados pelos agricultores, ou adotados sob a forma de um papel social, podendo até mesmo fazer parte de discurso que se pretende identitário, mas que, quando confrontado com as práticas cotidianas, se revela muito mais como um comportamento utilizado em interação momentânea para satisfazer a dado público espectador do que como atitude duradoura. O exemplo mais claro dessa diferença está no componente social da agroecologia, que as ONGs tentam integrar aos aspectos da produção e meio ambiente. Porém a consideração deste elemento se revela muito mais forte naqueles agricultores que já têm uma história pessoal, e muitas vezes familiar, de participação religiosa, política e comunitária. Os demais, tendem a ver a agroecologia muito mais sob a ótica ambiental e comercial. Isso tudo implica a existência de muitas identidades contrastantes no seio das organizações de agroecologia e muitas solidariedades identitárias entre agricultores ecologistas e produtores convencionais.

CONCLUSÕES

Autores como Ashforth e Mael (1989) defendem a idéia de que os indivíduos tendem a escolher atividades congruentes com suas identidades e que a identificação social afeta aspectos como a formação do grupo e sua coesão interna. O presente estudo reforça essa idéia, pois a identificação dos membros com a identidade do grupo é o fator fundamental para a sua continuidade. A divergência e a

diversidade são sempre uma ameaça à coesão grupal, especialmente em grupos pequenos, onde o dissidente pode não conseguir definir o padrão nem encontrar um padrão a ser seguido. Em decorrência disso, a quantidade de conflitos aumentará significativamente. Por outro lado, maior quantidade de membros pode levar a uma identidade mais coesa, onde o dissidente não consegue definir a situação e acaba por se conformar ou, o que é mais provável, sair do grupo. Dessa forma agricultores acabam conformando suas atitudes ao padrão do grupo, desde que ele não esteja em desacordo com sua identidade individual, isto é, com a narrativa construída sobre si mesmo. Como foi possível atestar, essa identidade, na visão dos agricultores, não sofre mudanças grandes ao longo de suas vidas, existindo sempre uma essência que liga os diversos fatos acontecidos e que guiará todas as suas identificações.

No que concerne à identificação de um indivíduo com a organização, é importante retomar os argumentos de Pratt (1998) de que existem dois tipos de identificação: identificação por afinidade e identificação por emulação. Diante das evidências da pesquisa, depreende-se que os dois caminhos poderiam ser, na verdade, um só. Poder-se-ia dizer que eles estão encadeados, visto que, antes de identificar-se, o indivíduo necessita identificar, reconhecer no outro ou na organização traços similares. Na medida em que identificou, passa então a identificar-se, ou seja, a reconhecer o outro como sendo semelhante a si e, talvez de forma inconsciente, como modelo de si.

Havendo essa identificação, muitos grupos transformam-se em verdadeira 'família', onde se estabelecem laços afetivos e cooperativos. Os grupos que conseguem criar este espaço acabam selecionando e retendo, pelo controle social estabelecido, os membros mais aptos a trabalharem de forma coletiva. O controle social de que se está falando nada mais é do que um comportamento típico que serve como fator de identificação dos membros e guia as suas ações. É dessa maneira que se articulam, ao mesmo tempo, identificação subjetiva e identidade objetiva, sendo essa identidade tanto atribuída ao pequeno grupo como a organizações mais abrangentes, tais como a cooperativa ou a rede. Assim, grupos que sejam complementares, tenham os mesmos objetivos, ou que, de certa maneira, estejam associados à narrativa da identidade individual podem ter o mesmo tipo de identificação por parte do agricultor. O elemento cognitivo é o combustível que alimenta uma nova identificação com o grupo mais abrangente, talvez o próprio conhecimento de sua existência e do pertencimento a ele. A centelha que impulsiona essa identificação é o fator afetivo da situação em exame, ou seja, o sentimento de pertencimento a uma dada comunidade. À medida que novos conhecimentos são adquiridos, novos elementos são incorporados à identidade, permitindo, dessa forma, uma reelaboração de seu conceito. O fato de continuar existindo uma identificação com as organizações anteriores revela novamente que não há desidentificação com elas, ou melhor, que não há contradição de propostas ou de traços que levem a uma exclusão desse grupo do rol de identidades sociais disponíveis.

A proposição de Hatch e Schultz (2002) de que a identidade organizacional se articula como diálogo entre o 'eu' e o 'mim', ou seja, entre a imagem objetiva construída pela organização e a interpretação subjetiva dos atores, encontra paralelo no presente estudo, pois os agricultores fazem uma leitura objetiva da imagem (ou propósito) da organização (o mim), a partir de suas experiências e vivências (o eu). Ao encontrar afinidade entre a organização e a sua própria identidade, o agricultor identifica-se com ela (Dutton, Dukerich, & Harquail, 1994), podendo incluí-la no rol de suas identidades sociais. A partir daí, novas vivências dentro da organização irão atualizar sua percepção sobre a identidade dela. Ao passo que essas mudanças entram em curso, ocorrem mudanças incrementais (jamais radicais) em sua própria identidade, por meio de novos significados que podem ser adicionados a suas experiências e a suas relações com os outros. Em última instância, muitas identidades sociais podem sobrepor-se em uma identidade mais abrangente, por meio de processo de **imbricamento de identidades**.

Em síntese, todas as identidades, ou identificações sociais, representam fragmentos do si-mesmo, devendo, portanto, possuir certa lógica interna. Essa lógica é guiada pela identidade individual que, embora esteja sempre em construção, não admite rupturas, pois reflete a coerência das práticas do agricultor com aquilo que ele acredita ser. Deve haver, portanto, um traço que conecte os valores defendidos pela agroecologia com as crenças do indivíduo sobre sua identidade individual. Só assim eles podem ser incorporados à narrativa da identidade do agricultor construída ao longo de sua vida.

Ao olhar para a realidade da agricultura familiar ecológica no sul do Brasil, é possível identificar a existência de um movimento social baseado nos princípios da agroecologia. Este movimento é sustentado por organizações e apresenta uma proposta capaz de dar novo significado às identidades ali existentes. Com isso, busca instituir nova representação do agricultor familiar, o 'colono'. Antes estigmatizado e símbolo do atraso, ele é hoje tido como alguém que traz uma contribuição à sociedade, sendo respeitado e valorizado por um público que, embora restrito, é suficiente para manter uma nova realidade social.

Em linhas gerais, o presente estudo tentou evidenciar que as organizações podem conduzir práticas que levem o indivíduo a uma nova interpretação de sua identidade, dando a ela novo significado. Uma vez que se tratou de estudo bastante pontual, em uma realidade *sui generis*, não há a pretensão, por parte dos autores, de que as conclusões sejam passíveis de generalização. Elas indicam apenas que existem alguns pontos que podem ser aprofundados na discussão sobre identidade nas organizações. Diante disso, sugere-se que estudos futuros poderiam tratar do papel das organizações na construção, resgate, ou mesmo ressignificação das identidades dos indivíduos, ao invés de discutir se a organização têm ou não uma identidade.

Como palavra final, afirma-se que a identidade organizacional só pode ser compreendida, do ponto de vista dos indivíduos, como construção social intersubjetiva e relacional. Por isso acredita-se que um estudo sobre identidade nas organizações não possa furtar-se a uma análise dos grupos sociais a que o indivíduo pertence, grupos estes que, a começar pela família, são o palco principal da construção de suas identidades.

Artigo recebido em 06.11.2004. Aprovado em 12.07.2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albert, S., & Whetten, D. (1985). Organizational identity. In L. L. Cummings & B. M. Staw (Eds.). *Research in organizational behavior* (Vol. 7, pp. 263-295). Greenwich: JAI Press
- Ashfort, B. E., & Mael, F. (1989). Social identity theory and the organization. *Academy of Management Review*, 14(1), 20-39.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (21st ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP.
- Broom, L., & Selznick, P. (1979). *Elementos de sociologia*. Rio de Janeiro: L.T.C.
- Bruyn, S. (1972). *La perspectiva humana en sociologia*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann.
- Caldas, M. P., & Wood, T., Jr. (1999). Identidade organizacional. In M. P. Caldas & Wood, T., Jr. (Eds.) *Transformação e realidade organizacional - uma perspectiva brasileira* (pp. 113-134). São Paulo: Atlas.
- Carrieri, A. P. de (2002, janeiro/abril). A transformação das identidades em uma empresa de telecomunicações antes e depois de sua privatização: um estudo de metáforas. *Organizações & Sociedade*, 8(23), 13-34.
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusa.

- Davel, E., Machado, H., & Grave, P. (2000). Identificação e liderança nas organizações contemporâneas: por uma abordagem complementar. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
- Dutton, J. E., Dukerich, J. M. & Harquail, C. V. (1994, June). Organizational images and member identification. *Administrative Science Quarterly* 39(2), 239-263.
- Ferraz, C., & Fischer, T. (2001, setembro/dezembro). Liderança e mediação da identidade: a palavra dos líderes e a voz da mídia. *Organizações & Sociedade*, 8(22), 195-210
- Freud, S. (1974). Psicologia de grupo e análise do ego. In S. Freud. *Obras psicológicas completas* (Vol. 28). Rio de Janeiro: Imago.
- Gioia, D. A., & Thomas, J. B. (1996, September). Identity, image, and issue interpretation: sensemaking during strategic change in academia. *Administrative Science Quarterly*, 41(3), 370-403.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Habermas, J. (1988). *Teoria de la acción comunicativa II*. Madrid: Taurus.
- Hall, S. (2000). Quem precisa de identidade? In T. T. da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (p. 103-133). Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7a ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hatch, M. J., & Schultz, M. (2000). Scaling the tower of babel: relational differences between identity, image, and culture in organizations. In M. Schultz, M. J. Hatch, & M. H. Larsen (Eds.). *The expressive organization*. New York: Oxford University Press.
- Hatch, M. J., & Schultz, M. (2002). The dynamics of organizational identity. *Human Relations*, 55(8), 989-1018.
- Machado, H. V., & Kopittke, B. (2002). A identidade no contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais*, Recife, PE, Brasil, 2.
- Mead, G. H. (1962). *Mind, self and society: from a standpoint of a social behaviorist*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Mesquita, Z. P. (1997). Descobrir-se pela arte na escola. Isto é possível? *Arte & Educação em Revista*, 4, 71-80.
- Minayo, M. C. S. de (1999). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (5a ed.). São Paulo e Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- Nogueira, E., & Machado-da-Silva, C. L. (2003). Identidade organizacional – a importância dos valores e crenças: estudo de caso em uma organização extinta por incorporação. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
- Oliveira, R. C. de (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- Pagès, M. (1976). *A vida afetiva dos grupos*. Petrópolis: Vozes.

- Pratt, M. G. (1998). To be or not to be? Central questions in organizational identification. In D. A. Whetten & P. C. Godfrey (Eds.). *Identity in organizations: building theory through conversations*. Thousand Oaks: Sage.
- Pratt, M. G., & Foreman, P. O. (2000). Classifying managerial responses to multiple organizational identities. *Academy of Management Review*, 25(1), 13-17.
- Ricoeur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus.
- Sanders, P. (1982). Phenomenology: a new way of viewing organizational research. *Academy of Management Review*, 7(3), 353-360.
- Santos, M. S. dos (1998). Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 151-165.
- Schutz, A. (1995). *El problema de la realidad social* (2nd ed.). Buenos Aires: Amorrortu.
- Silva, T. T. da (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 73-102). Petrópolis: Vozes.
- Strauss, A. (1997). *Mirrors and masks: the search for identity* (2nd. ed.). Transaction Publishers: New Jersey.
- Triviños, A. N. S. (1995). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vasconcelos, I. F. G. de (2003, maio/agosto). Identidade, legitimação social e teoria organizacional: contribuições de uma análise sociológica da política de gestão de pessoas da Natura. *Organizações & Sociedade*, 10(27), 41-59.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.